ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.

Demonstração Financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 58.282.853/0001-43
NIRE Nº 42 3 0006669-9
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Assuruá Participações II S.A. ("Companhia" ou "Assuruá Participações II") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Assuruá Participações II é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) cujo objeto social é a participação, como *holding*, em outras sociedades de propósito específico e a geração e comercialização de energia elétrica de fonte solar.

Atualmente a Companhia controla 2 subsidiárias que detém 58,5 MW de capacidade instalada e 29,1 MWm de garantia física em empreendimentos operacionais de geração solar:

Central Fotovoltaica	Capacidade instalada (MW)	Garantia física estimada (MWm)
Assuruá 4	36,0	18,1
Assuruá 8	22,5	11,0
	58,5	**29,1**

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A Assuruá Participações II é uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia ("ENGIE"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 199,6 GWh, desempenho 345,9% superior à observada em 2024, que foi de 44,8 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2025 atingiu 95,90%. O Conjunto Eólico Serra do Assuruá, do qual a Companhia faz parte, passou a operar integralmente em 2025 e apresentou resultados que contribuíram positivamente para os indicadores de disponibilidade.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

	Consolidado
Indicadores de resultado	**2025**
Receita operacional líquida	68.851
Lucro bruto	22.417
Resultado do serviço (EBIT)	22.382
Ebitda (Lajida)[1]	32.247
Resultado financeiro	1.731
Lucro líquido do exercício	21.009

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida e lucro líquido: o aumento decorre da transferência das duas subsidiárias para o seu consolidado no exercício de 2025, iniciando as operações dentro do consolidado Assuruá Participações II.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.
CNPJ Nº 58.282.853/0001-43 | NIRE Nº 42 2 0886171-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2025	31.12.2024 (não auditado)	31.12.2025
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	1	36.772
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.494
Dividendos a receber		25.504	-	-
Outros ativos circulantes		-	-	675
		25.511	**1**	**44.941**
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Investimento	6	**324.182**	-	-
Imobilizado	7	-	-	**325.974**
		324.182	-	**325.974**
TOTAL		**349.693**	**1**	**370.915**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado
		31.12.2025	31.12.2024 (não auditado)	31.12.2025
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	8	1	-	12.673
Dividendos	10	4.990	-	4.990
Prêmios de seguros		-	-	1.391
Outros passivos circulantes		-	-	1.011
		4.991	-	**20.065**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	8	-	-	2.342
Provisão para desmobilização		-	-	3.806
		-	-	**6.148**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10			
Capital social		230.071	1	230.071
Adiantamento para futuro aumento de capital		10	-	10
Reservas de capital		98.602	-	98.602
Reservas de lucros		1.050	-	1.050
Dividendos adicionais propostos		14.969	-	14.969
		344.702	**1**	**344.702**
TOTAL		**349.693**	**1**	**370.915**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.
CNPJ Nº 58.282.853/0001-43 | NIRE Nº 42 2 0886171-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024 (não auditado)	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**11**	**-**	**-**	**68.851**
Custos da energia vendida				
Energia elétrica comprada		-	-	(27.211)
Depreciação		-	-	(9.865)
Materiais e serviços de terceiros		-	-	(3.804)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(3.736)
Outros		-	-	(1.818)
		-	**-**	**(46.434)**
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**22.417**
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas		(6)	-	(35)
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	**6**	21.015	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**21.009**	**-**	**22.382**
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras		-	-	2.774
Despesas Financeiras		-	-	(1.043)
		-	**-**	**1.731**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**21.009**	**-**	**24.113**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**12**			
Imposto de renda		-	-	(2.083)
Contribuição social		-	-	(1.021)
		-	**-**	**(3.104)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**21.009**	**-**	**21.009**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2025	2024 (não auditado)	2025
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**21.009**	**-**	**21.009**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**21.009**	**-**	**21.009**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.
CNPJ Nº 58.282.853/0001-43 | NIRE Nº 42 2 0886171-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	AFAC	Reservas de capital	Reserva de lucros – Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Constituição da Companhia		1	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31.12.2024 (não auditado)	**10**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10	-	-	-	-	10
Aumento de capital via transferência de subsidiárias		328.672	-	-	-	-	-	328.672
Destinação para reserva de capital		(98.602)	-	98.602	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	21.009	21.009
Destinações propostas à AGO:			-					
- Reserva legal		-	-	-	1.050	-	(1.050)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-		-	-	-	(4.990)	(4.990)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	14.969	(14.969)	-
Saldos em 31.12.2025	**10**	**230.071**	**10**	**98.602**	**1.050**	**14.969**	**-**	**344.702**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.
CNPJ Nº 58.282.853/0001-43 | NIRE Nº 42 2 0886171-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2025	2024 (não auditado)	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos	**21.009**	-	**24.113**
Conciliação do resultado com o caixa das operações:			
Resultado de participações societárias	(21.014)	-	-
Depreciação	-	-	9.865
Juros e V.M. sobre encargos de uso da rede elétrica e conexão	-	-	710
Outros	(1)	-	99
Resultado antes dos tributos ajustado	**(6)**	-	**34.787**
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber de clientes	-	-	69
Outros ativos	-	-	(868)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	2	-	596
Outros passivos	-	-	1.551
Caixa (utilizado) gerado nas operações	**(4)**	-	**36.135**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.407)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(4)**	-	**33.728**
Atividades de investimento			
Caixa e equivalentes de caixa de subsidiária recebido via transferência de capital	-	-	8.146
Aplicação imobilizado e intangível	-	-	(954)
Caixa líquido das atividades de investimento	**-**	-	**7.192**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	10	1	10
Pagamentos de dividendos	-	-	(4.158)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**10**	**1**	**(4.148)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6**	**1**	**36.772**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	1	-	-
Saldo final	7	1	36.772
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6**	**1**	**36.772**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 16 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.
CNPJ Nº 58.282.853/0001-43 | NIRE Nº 42 2 0886171-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Assuruá Participações II S.A. ("Companhia" ou "Assuruá Participações II"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 29.11.2024, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Sociedades, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Em 24.02.2025 a sócia decide transformar a Sociedade, atualmente constituída na forma de sociedade limitada, em sociedade anônima, que será regida pelo Estatuto Social aprovado, bem como pela Lei 6.404/76, passando a adotar a denominação "Assuruá Participações II S.A."

Durante o processo de estruturação societária do Conjunto Eólico Serra do Assuruá ("Conjunto") ao longo do exercício de 2025, a Companhia recebeu, por meio de integralização de capital realizada pela sua acionista, a transferência de duas SPEs, as quais passaram a compor seu portfólio de controladas. Em 02 de janeiro de 2025, foi transferida para a Companhia a SPE Assuruá 4, cujo Patrimônio Líquido na data da transferência era de R$ 208.396. Posteriormente, em 01 de maio de 2025, foi transferida também a SPE Assuruá 8, cujo Patrimônio Líquido na data da transferência era de R$ 120.276. As operações compreenderam a integralização dos respectivos acervos líquidos, sem pagamento adicional em caixa pela Companhia, uma vez que representaram apenas a transferência dos investimentos por meio de aumento de capital, conforme previsto na reorganização societária intragrupo. As operações resultaram nos correspondentes aumentos do capital social da Companhia e nas movimentações apresentadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), sem efeitos no resultado por se tratarem de transações entre partes sob controle comum.

A Assuruá Participações II é controladora de 2 SPEs, as quais pertencem ao Conjunto Eólico Serra do Assuruá, localizado no município de Gentio do Ouro, no estado da Bahia. As empresas controladas pela Companhia possuem capacidade instalada total de 58,5 MW e garantia física total de 29,1 MWm.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 26.03.2026.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, Assuruá Participações II, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros derivativos

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Fornecedores

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Sociedade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Sociedade avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

c.3) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Sociedade são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Sociedade, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação na Assuruá Participações II (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Sociedade, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02			
Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51			
O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1)– Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	31.12.2025	31.12.2024 (não auditado)	31.12.2025
Caixa e depósitos bancários à vista	7	1	2.902
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	33.870
	7	**1**	**36.772**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e em instrumentos de captação bancária, predominantemente de instituições financeiras com classificação de risco AAA, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do FIE Energy Renda Fixa no ano de 2025 foi cerca de 99,7% CDI (taxa referencial). Adicionalmente, o FIE Energy Prime Renda Fixa apresentou rentabilidade média de 100,8% do CDI em 2025.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado
	31.12.2025
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”)	4.379
Consumidores livres	1.725
Transações realizadas na CCEE[1]	1.390
	7.494

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Os valores a receber no montante de R$ 4.379 em 2025 correspondem aos contratos firmados com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”), com vencimento em 2046, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano.

O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 22 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente a venda, exceto os valores de transações realizada na CCEE, cujo prazo de recebimento é de aproximadamente 45 dias. Em 31.12.2025 não haviam valores a receber vencidos.

NOTA 6. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Transferência de subsidiária	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31.12.2025
Assuruá 4	208.396	9.677	(14.166)	203.907
Assuruá 8	120.276	11.338	(11.339)	120.275
	328.672	**21.015**	**(25.505)**	**324.182**

b) Informação das subsidiárias

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

	31.12.2025						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida[1]	Lucro líquido[1]	Participação (%)
Assuruá 4	203.907	231.797	27.891	203.907	34.633	9.677	100
Assuruá 8	120.275	139.110	18.835	120.275	34.218	11.338	100

(1) Proporcional ao período que foi controlada pela Assuruá Participações II.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado		
	31.12.2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço			
Máquinas e equipamentos	328.773	(12.278)	316.495
Direito de uso de arrendamentos	2.749	(46)	2.703
	331.522	**(12.324)**	**319.198**
Em curso	**6.776**	**-**	**6.776**
	338.298	**(12.324)**	**325.974**

b) Mutação

	Consolidado			
	Direito de uso de arrendamento	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Total
Transferência recebida via aumento de capital	676	-	333.331	334.007
Ingressos	-	-	(453)	(453)
Remensuração	2.073	-	-	2.073
Desmobilização	-	215	-	215
Transferências	-	326.102	(326.102)	-
Depreciação	(46)	(9.822)	-	(9.868)

Saldos em 31.12.2025	**2.703**	**316.495**	**6.776**	**325.974**

NOTA 8. FORNECEDORES

	Consolidado
	31.12.2025
Fornecedores de imobilizado	9.023
Arrendamentos a pagar	2.714
Energia elétrica comprada para revenda	2.749
Encargos de uso da rede elétrica	391
Fornecedores de materiais e serviços	138
	15.015
Classificação nos balanços patrimoniais	
Circulante	12.673
Não circulante	2.342
	15.015

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora indireta ENGIE realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	12.673	648	882	8.106	22.309
	12.673	**648**	**882**	**8.106**	**22.309**

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado
	31.12.2025
Ativos financeiros	
Valor justo por meio do resultado	
Aplicações financeiras	33.870
Custo amortizado	
Caixa e depósitos bancários à vista	2.902
Contas a receber	7.494
	44.266
Passivos financeiros	
Custo amortizado	
Fornecedores	15.015
	15.015

NOTA 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 era de R$ 230.071 (R$ 1 em 31.12.2024), dividido em 2.181.136 ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 1.707.764 ações ordinárias e 473.372 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas e sem quaisquer ônus, exceto pelas disposições previstas no Acordo de Acionistas.

b) Reservas de capital

Em 2025, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, foi aprovada a constituição de reserva de capital no montante total de R$ 98.602, em conformidade com a legislação societária aplicável.

c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d) Dividendos

Foram propostos dividendos adicionais propostos no montante de R$ 14.969, cuja aprovação está sujeita à deliberação dos acionistas em assembleia.

NOTA 11. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado
	2025
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”)	41.942
Consumidores livres	7.470
Transações no mercado de curto prazo	13.565
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	8.482
	71.459
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	
PIS e Cofins	(2.608)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**68.851**

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Consolidado	
	2025	
	IR	CSLL
Receita operacional bruta	**71.459**	**71.459**
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**5.717**	**8.575**
Receita financeira	2.775	2.775
Outros	(64)	(6)
Base de cálculo	**8.428**	**11.344**
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(2.107)**	**(1.021)**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-
Imposto de renda e contribuição social	**(2.083)**	**(1.021)**

NOTA 13. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R$ 135.002.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até setembro de 2047. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R$ 221.368.

NOTA 14. SEGUROS

A Companhia mantém contratada apólice de seguro para o Conjunto Eólico Serra do Assuruá cujo limite para danos materiais é R$ 5.784.812 e para lucros cessantes é R$ 1.526.187.

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Transações entre partes relacionadas

Os contratos de longo prazo firmados entre as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo e foram firmados em condições negociadas entre as partes. Os registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos.

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso futuro Base 31.12.2025
Assuruá 4	ECV	2046	IPCA	Março	778.352
Assuruá 8	ECV	2046	IPCA	Março	468.865

NOTA 16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	2025	2024 (não auditado)	2025
Aumento de capital por meio de transferência de controladas	328.672	-	328.672
Provisão para desmobilização	-	-	215
Fornecedores de imobilizado	-	-	12.936

NOTA 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de março de 2026, foi realizada AGE na qual se aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$ 78.471. O aumento decorreu da transferência de ativos líquidos dos passivos pela acionista controladora, no valor de R$ 78.461, e da capitalização de AFAC no montante de R$ 10. Com isso, o capital social passou de R$ 230.071 para R$ 285.000, com a emissão de 125.398 ações preferenciais. Do total, R$ 23.542 foram destinados à reserva de capital.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Assuruá Participações II S.A.)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Mann dos Santos
Conselheiro

Nicholas Muller Fly
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa e Financeira

Lucas Moura e Rocha
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ASSURUÁ PARTICIPAÇÕES II S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

Shape the future
with confidence

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 26 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O